

PELOS CAMINHOS DE MINAS: O PORTUGUÊS NOS MANUSCRITOS DA ESTRADA REAL

*In the route to the Mines: 18th Century Portuguese in Estrada Real
manuscripts*

*Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen**

RESUMO: Três manuscritos em língua portuguesa do século XVIII, que estão sendo editados com a finalidade da pesquisa linguística, são apresentados neste artigo (Ms. L, Ms. C, Ms. E). Destaca-se o uso das abreviaturas nele presentes, que são entendidas como material linguístico. Essas devem ser descritas e analisadas como tal dentro de um arcabouço que associa os procedimentos da edição crítica de textos à pesquisa diacrônica. A consideração das abreviaturas iluminou a discussão sobre as origens do advérbio em *-mente*, entendido como o resultado do entrelaçamento de processos de reanálise e gramaticalização. Os resultados já alcançados são apresentados e discutidos.

Palavras-chaves: Edição crítica de textos; Abreviaturas; século XVIII.

ABSTRACT: *Three 18th Century Portuguese manuscripts (Ms. L, Ms. C, Ms. E) whose edition is being prepared for the purpose of linguistic research are presented in this paper. Special attention is given to the use of abbreviations which are taken as linguistic material. They are described and analyzed as such within a framework which associates the procedures of critical edition of texts to Portuguese diachronic linguistics. This procedure shed light to the discussion on the origins of the adverbs ended by the suffix -mente, as a result from reanalysis and grammaticalization processes. The achieved results are presented and discussed.*

Keywords: *Textual Critics; Abbreviations; 18th Century Portuguese.*

* Doutora em Linguística histórica, professora titular de Filologia Românica da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil – tilah@letras.ufmg.br

Introdução

Neste artigo apresentamos três manuscritos setecentistas (Ms. L, Ms. C, Ms. E)¹, redigidos em português, que estão sendo editados com a finalidade da pesquisa linguística. Além de trazê-los a lume, daremos realce a um de seus vários aspectos que demandam análise: o uso de abreviaturas.

Tradicionalmente as abreviaturas são tratadas numa seção à parte, são denominadas como considerações paleográficas e excluídas das análises linguísticas propriamente. Essas formas são aqui consideradas como possuidoras de um significado linguístico: com base nas suas ocorrências nesses três manuscritos trazemos, dentre outras possibilidades, uma análise já proposta em Cohen (2010b) para um entendimento mais detalhado dos processos em jogo na gênese dos advérbios em *-mente* na língua portuguesa. Há um trabalho pioneiro (CHAVES, 2006) que leva em conta abreviaturas como “pistas gráficas” na análise histórica do pronome *você*, com base em dados do século XIX. Mais recentemente, pesquisadores que se ocuparam da edição de textos antigos, como Duchowny, Coelho & Coelho (2014), também consideraram a existência de abreviaturas e lhes atribuíram uma interpretação, mas via-de-regra, abreviaturas são sumariamente descartadas das análises linguísticas.

A edição que se prepara é semidiplomática, segundo as normas gerais já estabelecidas para a publicação de textos antigos em língua portuguesa utilizadas por pesquisadores brasileiros, com adaptações, em especial, no que se refere ao tratamento conferido às abreviaturas.

Abaixo tem-se o *fac-símile* de alguns fólios dos manuscritos Ms. L, Ms. E e Ms. C, nesta ordem, para que se visualize parte de seu aspecto material. São guardados na Biblioteca da Ajuda, da Biblioteca Pública de Évora e da Universidade de Coimbra, Portugal², nesta ordem.


¹ L = Lisboa, C = Coimbra, E = Évora.

² Para informações detalhadas sobre os manuscritos, sua tradição, normas de transcrição, dentre outros, consulte-se Cohen (2010).

3.

+ ①

*Descriçãõ do Mapa q. com
pntende os Limites do Governos
de S. Paulo e Minas Etambo.
e do Rio de Janr.*



Costa Maritima

1. Barra gr. de S.	6. Rio de hubatuba de
2. Bertioga barra peq.	Sanchoy
3. Rio de Ima de Capas de la rochay	7. Barra do lairo fto
4. Barra de foguetto	8. Barra da Marandua
5. Ilha de S. Sebastião	9. Rio de Garatuba d. Sanchoy
6. Barradas canaveioy	10. Rio d. Bojuica de la rochay
la m. com a Ilha	11. Barra do Rio de Janr

Ilhas e Povoações Maritimas

# Ilha de Lamuelia	A. S. Vicente
2ª Ilha dos Alcazarrey	6. Santos
3ª Ilha de S. Sebastião	C. V. de Ima
4ª Ilha dos Porcoy	D. V. de S. Seb.
5ª Ilha das Louçay	E. V. Vbatuba
F. I. grande	F. V. de Paraty
* I. de George galigo	G. V. de Angra dos Rey
X. I. do Fay	H. Cidade do Rio de Janeiro

Imagem 1: Ms. L (Fólio 1r.)

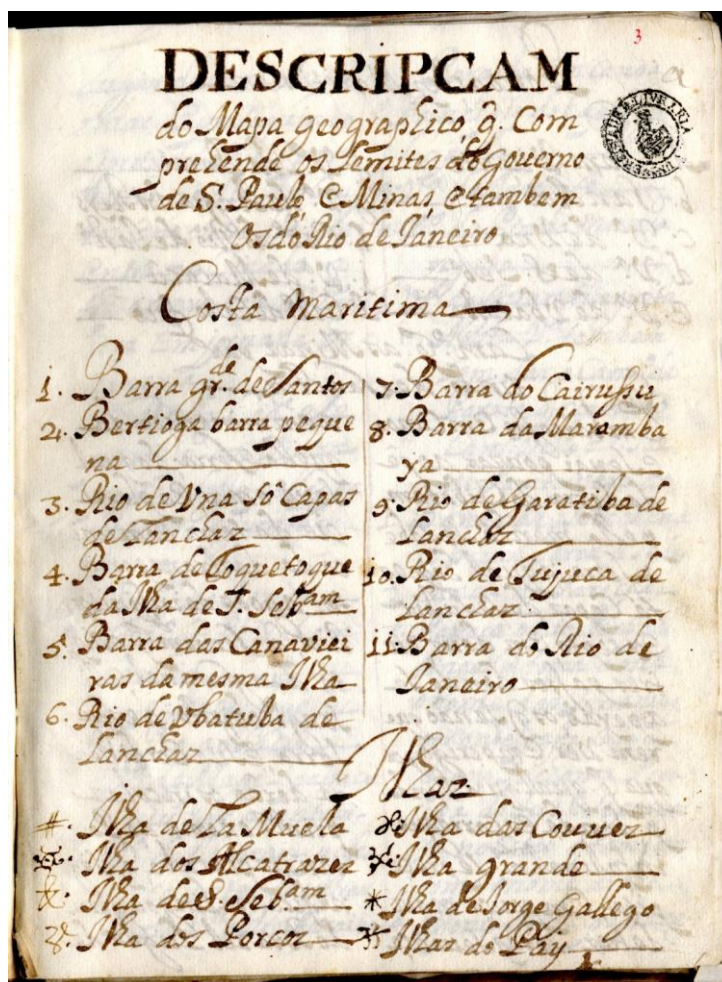


Imagem 3: Ms. C

Esses manuscritos exibem os caminhos da famosa Estrada Real, pelos quais os que vinham de São Paulo ou do Rio de Janeiro, nos tempos coloniais, seduzidos pela fama da existência de ouro e de pedras preciosas, adentravam o espaço que viria a ser o estado de Minas Gerais.

Seu título, como se pode verificar nos fac-símiles acima, com pequena variação gráfica, é *Descrição do Mapa q. comprehende os limites do governo de S. Paulo & Minas e tambẽ os do Rio de Janr^o*. (Ms. L). Tem sido referido por nós abreviadamente ou como *Mapa Geográfico*, ou como *Itinerário Geográfico (com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes, e serras, que há da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro)*, título de seu único testemunho impresso do século XVIII, do qual não tratamos aqui.

O fato de ser um texto relativo ao Brasil setecentista, com três testemunhos, atribui-lhe um interesse especial, linguístico e histórico, pois a língua dessa época no Brasil é ainda incipientemente estudada. A existência de três testemunhos também acentua seu valor para a pesquisa linguística, uma vez que aumenta a possibilidade de aparecerem formas linguísticas alternantes e de, portanto, refletirem melhor a variabilidade linguística do português dessa época pretérita. Certamente é mais interessante sabermos que no século XVIII, em documentos relativos às minas, registra-se uma variação gráfica, que pode ter algum significado linguístico, principalmente se considerarmos que a edição de textos em português visando à pesquisa linguística no Brasil tem editado exclusivamente textos monotestemunhais, como já observamos anteriormente em Cohen (2013).

Antes de entrarmos na análise das abreviaturas do *-mente* faremos algumas considerações relevantes para o estudo em pauta.

1 Algumas considerações relevantes à edição de textos antigos e aos estudos diacrônicos do português

Por estarmos lidando com a edição de textos antigos, é oportuno lembrar uma famosa citação de Erich Auerbach ao discorrer sobre a filologia como edição crítica de textos. Segundo ele

A filologia é o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem.. (...) Uma de suas formas mais antigas, a forma por assim dizer clássica (...) considerada por numerosos eruditos como a mais nobre e a mais autêntica é a edição crítica de textos. (AUERBACH, 2015, p. 11)

O Autor continua explicando a gênese de tal método de se estudar o texto escrito: “A *necessidade de se constituir textos autênticos se faz sentir* quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual.” (AUERBACH, 2015, p. 11)

Podemos relativizar e repaginar essas considerações, adaptando-as à nossa situação atual, de linguistas que nos ocupamos da história do português no Brasil e em Minas Gerais especificamente: *essa necessidade de se constituir textos autênticos* para a

pesquisa linguística diacrônica *se fez sentir* quando, ao final da década de 1980 e início da de 1990, a linguística histórica no Brasil é considerada ‘renascida’, como na famosa metáfora utilizada por Fernando Tarallo (1994) “A Fênix finalmente renascida”, a fênix que renasce de suas próprias cinzas. A metáfora diz muito: havia cinzas que podiam criar uma nova vida, ou seja, havia certamente um conhecimento acumulado ao qual faltava uma formalização.

Essa frente de trabalho sobre a história do português demandou que fossem encontrados, restaurados e editados textos de sincronias pretéritas, que pudessem revelar fatos linguísticos; e daí, dentro de um modelo teórico de mudança linguística, que a união ideal entre dados e teoria acontecesse.

Outra citação oportuna é a de Naro em “Tendências atuais da Linguística e da Filologia no Brasil”, sobre a situação da linguística no Brasil na década de 1970, do século passado, época imediatamente anterior a este *boom* dos estudos diacrônicos. Nesse texto o autor nos fornece um testemunho e uma análise da situação dos estudos diacrônicos a essa época, com as seguintes palavras

No que se refere aos estudos diacrônicos, observe-se que o estudo da história do português restringiu-se quase que inteiramente ao domínio da filologia (ou seja, da determinação e classificação dos fatos). Isso se deve sobretudo ao estado precário do conhecimento factual atualmente disponível, o que faz com que quase toda tentativa de estudo linguístico recaia na determinação dos fatos, isto é, na filologia. (NARO, 1976, p. 97)

Uma vez que para ele “o estabelecimento e classificação de fatos linguísticos” é tarefa da filologia e que “a explicação desses mesmos fatos dentro de uma teoria geral da linguagem e seu uso é objeto da linguística” (NARO, 1976, p. 73), fica evidente que segundo sua análise o que se fazia em termos linguísticos (e mesmo assim precariamente) era a recolha de dados, talvez dispersos e não tão bem armazenados como os temos hoje, nas últimas décadas. Tais dados não eram organizados e inseridos em uma teorização sobre mudanças linguísticas dentro do pensamento sobre a história da língua portuguesa.

Voltando à década de 1980: os estudos históricos e diacrônicos tiveram um novo impulso no Brasil, muito, mas não exclusivamente, como decorrência dos trabalhos de sociolinguística de William Labov, que já eram conhecidos e estudados aqui desde os

anos 1970, em cursos de pós-graduação em linguística. Nessa vertente os estudos de mudança linguística dos vernáculos atuais conduziram a uma consulta a estados pretéritos dessas línguas.

Os trabalhos de Labov trouxeram acoplados a si a metodologia de quantificação de dados desenvolvida inicialmente por Cedergern & Sankoff (1974), programa estatístico que demanda *bons dados, bem coletados* e adequadamente inseridos, que persevera até hoje, com novos refinamentos e novos nomes.

Ao colocar que não somente o modelo de mudança da sociolinguística influenciou para o impulso à linguística histórica, refiro-me a uma orientação baseada em dados, que invocam uma teoria, mas em que as mudanças são estudadas *a posteriori*, depois que aconteceram. Ou seja, nem todas as mudanças linguísticas demandam para sua análise um modelo em que a hipótese de mudança parta de variantes linguísticas contemporâneas, detectadas em decorrência da análise de sua variação em faixas etárias diferentes.

Formas que se perderam, que foram suprimidas no processo evolutivo, dificilmente são recuperadas a partir de estados de língua contemporâneos e mesmo assim são parte do constituir-se histórico das línguas.

Essas considerações, esse recorte, vêm à guisa de introdução aos estudos do *Mapa/Itinerário Geográfico, do caminho para as Minas*, e das pesquisas linguísticas que o tomam como *corpus*: fazemos parte deste movimento de recuperação de textos que podem ser entendidos como testemunhos da língua portuguesa de épocas pretéritas e da posterior (ou concomitante) análise de fenômenos linguísticos que esses registrem. Esses resultados vêm contribuir para o conhecimento de uma etapa da história da língua portuguesa.

2 Outras questões sobre os manuscritos e a língua portuguesa

Chegamos assim a um outro ponto relevante do pensamento que subjaz ao tipo de trabalho que trazemos hoje: embora muito do que se diga sobre a evolução das línguas no eixo do tempo possa sugerir que essa se faça linearmente – e são muitas as

deixas que temos para que a entendamos assim -, a história das línguas está longe de ser simplesmente linear, conforme demonstrado por James Milroy, para a história da língua inglesa. (MILROY, 1992, p. 50ss)

Essa pretensa linearidade, que não passa de um recurso utilizado para se formalizar uma evolução complexa, nos conduz a questões múltiplas sobre o destino da língua portuguesa na terra brasílica ou nos Brasis, como citado por Silva Neto (1975, p. 70), já sugerindo uma diversificação linguística nessas terras: “A qual (língua portuguesa) tão puramente se fala em muitas cidades de África...como no mesmo Portugal...e nos Sionistas, nos Malaios, nos Maluqueses, Léqueos e nos **Brasis.**” (BUESCU, 1983, p.315)

O título do presente trabalho nos diz da existência de um português no século XVIII em Minas Gerais. O português setecentista estava e está nos manuscritos que descrevem o caminho para as minas de ouro e pedras preciosas; resta-nos entender que português era esse.

Seria já um português brasileiro, escrito por brasileiros, sobre caminhos brasileiros ou um português europeu escrito no Brasil, por pessoas nascidas aqui, mas de formação portuguesa, ou por pessoas nascidas, criadas e educadas em Portugal que aqui escreviam ou ainda por portugueses, lá nascidos e educados, que escreviam sobre o Brasil?

Essas questões todas, embora válidas, se esvaziam com o tipo de documento que estudamos: os manuscritos do *Mapa Geográfico* não são datados e nem têm autoria. O único datado, de 1732, é um impresso, composto por Francisco Tavares de Brito, na Oficina de Antonio da Sylva em Sevilha.

Em 2010 apresentamos uma hipótese sobre *a datação dos testemunhos* da tradição manuscrita, embora essa datação possa ainda ser refinada, ou seja, um deles há de ser o exemplar de cópia dos outros:

Da nossa leitura deduzimos que os três manuscritos, incluindo-se o de Coimbra, não podem datar de antes de 1717, data da pesca da imagem da santa negra, que vem a ser N. Sra. Aparecida, no atual Rio Paraíba do Sul, na época Pirapitinga, próximo a então Vila do Guaratinguetá (E, f.2), atual Guaratinguetá, no estado de São Paulo. Portanto,

confirmamos a hipótese de Livermore: a *Descripçam* (C) deve datar de antes de 1732, e a partir de 1717, ou seja entre esses dois marcos: 1717-1732. (COHEN, 2010, p. 118)

Coloco também a dúvida do historiador inglês Livermore *quanto à localidade* da edição, em Cohen (2010, p. 114)

Segundo Livermore, o texto dificilmente teria sido publicado em Sevilha, porque não consta que houvesse à época, na Andaluzia, tipografias de nome Sylva, que imprimissem com letra portuguesa e com características tais como as vinhetas tipicamente portuguesas que apresenta. Essa indefinição sobre o local de publicação, esta visível camuflagem, dever-se-ia ao teor secreto das informações que continha sobre os caminhos para as minas do ouro no Brasil.

Além dessas características formais que os tornam mais interessantes do ponto de vista filológico, esse documento foi considerado raro e secreto por (LIVERMORE, 1978):

Raro, porque ele próprio teve acesso a dois testemunhos, um impresso e um manuscrito; (...) Acrescente-se a isso o fato de o texto não ser citado nas obras dos historiadores que se ocuparam do século XVIII, à exceção de Lima Jr., que lhe faz referência. (COHEN, 2010, p. 114)

O trabalho da edição deste *Mapa Geográfico* está ainda em andamento, embora tenha tido um avanço considerável a partir dos primeiros estudos. Além da análise do -*mente*, outras pesquisas foram feitas, sobre a colocação dos clíticos e sobre as abreviaturas propriamente³, por Lívia de Melo e Olivia Nogueira, tomando-o como *corpus*.

Os manuscritos registram fatos lexicais interessantes e podem abrir-se também a uma leitura discursiva. O que o texto visivelmente exhibe é a emergência de um léxico brasileiro, que se evidencia principalmente na toponímia, pois é este um texto que descreve caminhos e lugares, portanto um *locus* que favorece o uso de topônimos e de antropônimos. Lado a lado dessa nomeação indígena de lugares, há a nomeação portuguesa e, também incorporadas à língua portuguesa, encontram-se formas arcaicas com *porseguindo, menhã, persepita, fermoço, ferquentemente...* documentando o que já tinha sido percebido e registrado por gramáticos do próprio século XVIII, segundo Silva Neto (1975, p. 88)

³ Projetos de Iniciação Científica e Monografia conclusão de curso da Faculdade de Letras da UFMG.

Já nos princípios do século XVIII, ao referir-se ao português do Brasil, o que impressionava a um gramático de além-mar era o empréstimo de vocábulos novos e a preservação doutros, já arcaizados na metrópole; “Há os dialetos ultramarinos e conquistas de Portugal, como Índia, Brasil, etc., os quais têm termos *das línguas bárbaras, e muitos vocábulos do português antigo*” (*Regras da língua portuguesa*, 1725)

Não foi nosso objetivo fazer uma análise quantitativa, mas alguns dados numéricos ajudam, são indubitavelmente relevantes (COHEN, 2007) para se conhecer o manuscrito e para se caracterizar a língua escrita da época: 43% dos topônimos são de origem indígena, e 57% , de origem portuguesa.

Ademais desses aspectos referentes ao léxico, para conhecimento do manuscrito, abordarei em mais detalhes o processo muito interessante e já clássico na literatura especializada que é o do surgimento do sufixo *–mente* no português.

Neste caso específico, falaremos do português em geral, ou lusitano ou brasileiro, uma vez que as diferenças sem dúvida existentes entre esses dois não residem nesse processo, que parece ser o mesmo nas duas modalidades.

Para este caso de **gramaticalização associada à reanálise** (HARRIS & CAMPBELL, 1995) tomamos a língua contemporânea como ponto-de-partida, uma vez que analisamos um sufixo que nela existe. No entanto não o tomamos como uma variável, embora saiba-se que este sufixo tem ainda alguma autonomia em contextos como “*firme serena e corajosamente*” como o observou Câmara Jr. (1976, p. 22). É um dos casos de mudança linguística analisada *a posteriori*.

A análise que passamos a apresentar tornou-se possível devido a essa leitura cuidadosa dos manuscritos da Estrada Real. Uma das importantes contribuições dos estudos suscitados sobre este *Mapa* é o estudo dos processos linguísticos em que se encaixam algo que ressalta do texto, dificultando sua leitura: o já referido **uso de abreviaturas**.

Quem quer que já tenha se debruçado sobre documentos antigos em língua portuguesa, especialmente do século XVIII, terá notado a presença abundante, e por vezes irritante, das abreviaturas.

Este é um fato que todos conhecemos e que tem sido atribuído ou à pressa ou à escassez de espaço numa folha de papel ou papiro, ou pergaminho. Mesmo que sua motivação seja essa externa, as abreviaturas têm suas normas internas, endógenas, sua gramática e não se abrevia a esmo, sem uma lógica.

Nas edições críticas sempre há uma seção de comentários paleográficos onde as abreviaturas são referidas. A proposta comum é que sejam desenvolvidas com o auxílio de dicionários, ou mesmo sem os dicionários, no texto mesmo, seguindo critérios preestabelecidos, tal como este, adotado por muitos:

(i) “**As abreviaturas**, alfabéticas ou não, **serão desenvolvidas**, marcando-se, em itálico...”

(i’) “**No desdobramento das abreviaturas** de letras sobrepostas...”

Essas normas se copiam umas às outras e nenhum valor linguístico é dado às abreviaturas, que têm de ser desfeitas, reconstruídas com palavras do português de um outro estado da língua, diferente daquele do texto antigo, o português contemporâneo: raramente com uma forma coetânea ao texto.

Um valor linguístico não tem sido atribuído às abreviaturas e é exatamente este o nosso ponto de honra, nesta pesquisa, a nossa hipótese, ou tese, se assim o preferirem: **As abreviaturas são língua, significam linguisticamente.**

Da mesma forma que o ser humano tem a capacidade para **a aquisição e uso da língua falada**, tem sua criatividade oral, de falar, de criar sentenças, textos, sistemas como a *língua do pê*, o *pig latin*, o *versl’en* e outros, essas últimas atividades lúdicas típicas da língua falada, tem a capacidade para a escrita.

Da mesma forma que teve a capacidade de simbolizar a língua através de ideogramas, de imagens, sílabas, alfabetos, sistemas de escrita variados, do cirílico ao gótico, ao semítico, ao grego, ao latino, temos nós a capacidade de abreviar nossa escrita, vejam-se a taquigrafia, os gêneros da internet atuais, os recursos pessoais que usamos para anotar aulas e conferências.

O critério referente às abreviaturas para a edição do *Mapa Geográfico* e para outros manuscritos que estamos transcrevendo, portanto, é: “As abreviaturas serão

mantidas na transcrição e desenvolvidas posteriormente em um glossário.” (COHEN, 2010).

Consideramos que este critério é mais conservador e, portanto, mais adequado a uma edição que visa ao estudo linguístico, cujos fatos de língua não devem ser alterados: leva a uma maior fidedignidade, respeita o texto e não adultera uma forma que no nosso entender possui um significado linguístico a ser descoberto. Passemos à análise.

3 A Análise

Da *lide* com o *Mapa Geográfico*, chamou-me a atenção a presença de abreviaturas⁴, e, envolvida que estava na investigação da gramaticalização e reanálise do sufixo *-mente* em português, fixei minha atenção nessas ocorrências: em parte porque formas como *mor mente*, *frequente mente*, *diffuza mente* e outras ocorrem separadas, e também porque além de separadas, ocorrem também formas em que *mente* é abreviado, suprimindo o *-e-* e o *-n-* e sobrescrevendo o *-te* final, como em *somente: só m^{te}*. com a sílaba final *-te* sobrescrita: *te*.

Resumidamente, retomo a história do surgimento do sufixo *-mente* anteriormente desenvolvida em COHEN (2010, p. 58ss):

Há na língua contemporânea um sufixo *-mente* e há também o substantivo feminino singular *mente*, mas não há uma ligação visível entre os dois. Não são variantes um do outro. A existência do *-mente* sufixo e do *mente* substantivo no português não nos dá uma pista para a origem do sufixo *-mente* a partir do nome. Por se conhecer a história do português e por se conhecer principalmente o latim, gênese do português, é que uma origem no ablativo singular latino *mente* do substantivo feminino da 3ª declinação *mens*, *mentis* pode ser proposta para o sufixo. Esse ablativo teria tido um uso modal, desacompanhado de preposição, e se dizia, portanto, *sana mente*, ‘com mente sã’. O ablativo *mente*, sempre posposto a um adjetivo, ter-se-ia cliticizado, se

⁴ As abreviaturas do Ms. E foram estudadas por Olivia Nogueira (2015), que reuniu-as em um glossário em (2015); O Ms. E apresenta 410 ocorrências de abreviaturas, que foram organizadas em 85 entradas léxicas, algumas com variantes.

incorporado encliticamente ao núcleo precedente, perdendo sua independência fônica e mórfica, criando em português um instrumento gramatical, um sufixo.

É esta uma mudança que aparentemente já se completou, muito embora Câmara Jr. (1976) ateste a independência fônica do sufixo em relação ao adjetivo em determinados contextos, como já mencionamos, e chegue mesmo a afirmar que “é mera convenção da língua escrita fazer um só vocábulo do adjetivo e mente” (1976, p. 122).

Mesmo que não tenha se completado ou que nunca venha a se completar para todos os adjetivos da língua portuguesa, vamos tratá-la como uma mudança *a posteriori*, pois não há como se conhecer o seu percurso, através de seu uso em documentos escritos de épocas passadas, se não visitarmos sua história e sua proto-língua, o latim. Mesmo se a mudança em questão, a gramaticalização do *mente*, já tivesse acontecido na língua latina, como o querem alguns⁵, é preciso que os processos nela envolvidos sejam explicados, como o fazemos aqui.

A forma latina adverbial modal no ablativo continua no português adverbial e modal, o que se altera é sua coesão: perdendo sua independência mórfica, passa de nome a sufixo, podendo ligar-se a raízes variadas atribuindo-lhes a leitura modal.

A gramaticalização de *mente* é resultado da confluência de várias mudanças, incluindo o que Harris & Campbell (1995, p. 63) denominaram *coesão*, que é o status de uma porção linguística que vai de uma palavra totalmente independente, a um clítico, a um afixo ou a uma parte não analisável de uma unidade maior, formando um contínuo: (i) vocábulo independente>clítico>afixo>parte não analisável de uma unidade maior.

As outras mudanças são: reanálise, que vai envolver a constituição e os rótulos categoriais, *dowgrading* sintático, **a coesão** e o resultado de tudo isso, a gramaticalização.

Reconhecendo-se a necessidade de se lidar com pelo menos dois estados sincrônicos de uma língua para se detectar e se descrever a gramaticalização, analisamos os dados do *Mapa* do século XVIII em que variados adjetivos são

⁵ MACHADO FILHO, A. V. L. A. *Dicionário Etimológico do Português Arcaico*. Salvador: EDUFBA, 2013.

adverbializados através de um *mente*. Tomarei o caso da formação do advérbio *somente* como exemplo.

Resumindo: encontram-se, para *somente*, 4 variantes gráficas:

- no **Ms. C**: *somente* aparece da seguinte forma: o *só*, acentuado, separado do *mente*, que por sua vez é abreviado, com a supressão de **-en-** e a sobreposição de **-te**: **só m^{te}** (3 ocorrências).
- no **Ms. E**: *so* e *mente*, juntos, *so* inacentuado, mas *mente* abreviado: supressão de **-en-** e **-te** sobrescrito: **som^{te}** (E, 10:3; 14:19; 16:10).
- no **Ms. L**: **somente**, por extenso, juntas as duas partes; *somente* abreviado, juntas as duas partes, abreviando-se o **-en-** por supressão e sobrescrevendo **o te**: **som^{te}** (11 23; 15:14)⁶

Vejam-se as ocorrências nos manuscritos:

Ms. C	Ms. E	Ms. L

Há uma gradiência de coesão de um adjetivo e sua união ao substantivo *mente* que iria de duas formas mórficas totalmente separadas: *só* e *mente*, até um advérbio resultado da aglutinação de adjetivo *so* + substantivo *mente*: *somente*, que por sua vez pode ser abreviado *som^{te}*. Quando a palavra aglutinada já existe o radical é reanalisado como *som* – e o resto é abreviado. Falo de uma gradiência e não de uma linearidade porque as raízes adjetivais são variadas e porque pode haver alguma restrição morfofonêmica nessa aglutinação de duas raízes nominais, de que não trataremos no momento.

⁶ A diferença entre esta análise e a de 2010 reside nos dados: nesta são levadas em conta todas as abreviaturas em *-mente* dos três testemunhos.

Propusemos a seguinte escala para dar conta desses graus de coesão

-coeso	-coeso			+coeso	+coeso
n.agl.n.ab	q.de lin.n.abr.	q.de lin.abr.	n.agl.abr.⁷	agl.n.abr.	agl.abr.
mor mente			enfalivel m ^{te}		juntam ^{te}
		actual/m ^{te}	actual m ^{te}		actualm ^{te}
			só m ^{te}	somente	som ^{te}
	particular/mente		circular m ^{te}		genericam ^{te}
			individual m ^{te}		
			diffuza m ^{te} frequente tem	ferquen/temente	
I	II	III	IV	V	VI

Essa tabela mostra os graus de coesão por que passou a gramaticalização de *mente*: a) adjetivo e substantivo vêm separados (I e II na escala) ; b) adjetivo e substantivo vêm separados e o *mente* abreviado (IV, na escala); c) adjetivo e substantivo vêm aglutinados- é a forma completa-, por extenso (V e VI na escala); d) adjetivo e substantivo vêm aglutinados e apenas o sufixo *mente* seria abreviado por supressão e sobreposição. (VI na escala)

O significado modal do ablativo fica que como retido no sufixo. Seu significado já não é um conteúdo nocional (um semantema), mas apenas gramatical, sendo provavelmente átono, é um bom candidato a sofrer a abreviação.

⁷ **N. agl. n. abr.** = forma não-aglutinada e não abreviada; **q. de lin.n. abr.** = quebra de linha, não-abreviada; **q. de lin. abr.** = quebra de linha, abreviada; **n.agl.abr.** = não-aglutinada e abreviada; **agl.n.abr.** = aglutinada não abreviada, **agl.abr.** + aglutinada abreviada.

Veja-se que a abreviação é praticamente de toda a palavra **mente**, quase que eliminando o radical, uma vez que há uma abreviação por supressão, a de – **en**, e as duas letras finais sofrem a abreviação por sobreposição, sobrando apenas o **m**- inicial.

Borges Nunes (1981, p. 121) em seu excelente trabalho sobre abreviaturas paleográficas portuguesas classifica as abreviaturas em duas grandes categorias: as sistemáticas e as vocabulares. As sistemáticas utilizáveis em qualquer palavra são geralmente silábicas e ligadas a letras: r, p, r, q, etc, mas também para certos finais de palavras e até de certos radicais. Esse tipo de abreviaturas é redutível a soluções gramaticais; estão no capítulo intitulado *Gramática*. Como se vê, este autor reconhece uma gramática para as abreviaturas. A abreviatura do *-mente* se enquadraria na da categoria: *Abrev. de certos finais de palavras: -mente*. No entanto ele registra poucas ocorrências para o *-mente* no século XVIII e não parece ser este o caso no documento sob análise.

Este esquema supressão + sobreposição, registrado no *Mapa* é um deles, típico do século XVIII.

Conclusão

Muito há o que se descobrir ainda sobre o valor linguístico das abreviaturas, ou de como essas se entrelaçam a outros processos linguísticos. Seu desenvolvimento sumário, como tem sido proposto em muitos dos critérios de transcrição de documentos antigos, afastam-nas da nossa visão, tiram-nos a oportunidade de nos familiarizarmos mais com as elas e com o que podem significar linguisticamente, pois nos esquecemos delas; sua manutenção e desenvolvimento através de formas suas coetâneas é o melhor procedimento para quem quer conhecer estados pretéritos de uma língua. Trabalho pioneiro nesta área é o de Elaine Chaves (2006), em que a autora chama a atenção para o que denomina com muita propriedade, de pistas gráficas.

Tomamos essa situação das abreviaturas como uma janela sobre a língua antiga do século XVIII, ajudando a elucidar como a gramaticalização de *-mente* teria acontecido, por quais estados de coesão teria passado. Como se sabe, como já colocado por nós em outros textos, o necessário acesso a estados linguísticos pretéritos é difícil. É como pegar um grão de feijão com luvas grossas, nossa sensibilidade é reduzida. Temos

de cercar o fenômeno a que temos acesso parcial. Como já se disse: os dados não estão numa prateleira de supermercado: é preciso que os conheçamos, que lutemos com eles, para enfim dominá-los e utilizá-los de forma fidedigna.

Referências

BORGES NUNES, E. *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Lisboa: FL, 1981.

BUESCU, M. L. C. *Duarte Nunes de Leão. Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Imprensa Nacional, casa da Moeda, 1983.

CHAVES, E. *A implementação do pronome "você": a contribuição das pistas gráficas*. Dissertação de mestrado. Fale/UFMG, 2006.

COHEN, M. A. A. de M. Reexame de um caso clássico à luz de novos dados: a gramaticalização e a reanálise de *-mente*. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (Orgs.) *Estudos de processos de gramaticalização em Português*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

_____. Mapa Geográfico: Apresentação e breve estudo de documento relativo ao caminho para as Minas. *Caligrama*. Belo Horizonte, v. 15. 2010b, p.111-131.

_____. Testemunhos do mapa geográfico do século XVIII: seu valor para a pesquisa linguística. *Caderno de Resumos do VIII Congresso Internacional da ABRALIN*. Natal, 2013, p. 488-2.

_____. Expressões temporais e locativas na história do português. In: MURAKAWA, C.; GONÇALVES, M. F. (Orgs.) *Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2007.

_____. *Syntactic Change: relative clauses and the position of the adjective in the Noun Phrase*. Tese de doutorado. IEL/Unicamp, 1990.

DUCHOWNY, A. T.; COELHO, S. M.; COELHO, G. H. Sistema de abreviaturas de documentos adamantinos setecentistas. *Revista Letras*. n. 90. Curitiba: Editora UFPR. 2014, p. 233-252.

LIMA Jr., A. de. *A capitania das Minas Gerais: origens e formação*. 3 ed. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Artes, 1965.

LIVERMORE, L. V. An early published guide to Minas Gerais: the ITINERARIO GEOGRAFICO (1732). *Revista da Universidade de Coimbra*. v. XXVI. 1978, p. 4-10. (Separata)

MACHADO FILHO, A. V. L. A. *Dicionário Etimológico do Português Arcaico*. Salvador: EDUFBA, 2013.

MILROY, J. *On the historical sociolinguistics of English*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

NARO, A. J. Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil. In NARO, A. J. (Org.) *Tendências atuais da filologia e da linguística no Brasil*. RJ: Francisco Alves, 1976.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 5 ed. RJ: Presença, 1975.

TARALLO, F. A Fênix finalmente renascida. *Boletim da ABRALIN*. n. 6. 1994, p. 95-103.